



**Ministério  
das Finanças**

Direção Nacional do Orçamento  
e da Contabilidade Pública

# SÍNTESE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL OUTUBRO 2021

Novembro 2021

## ÍNDICE

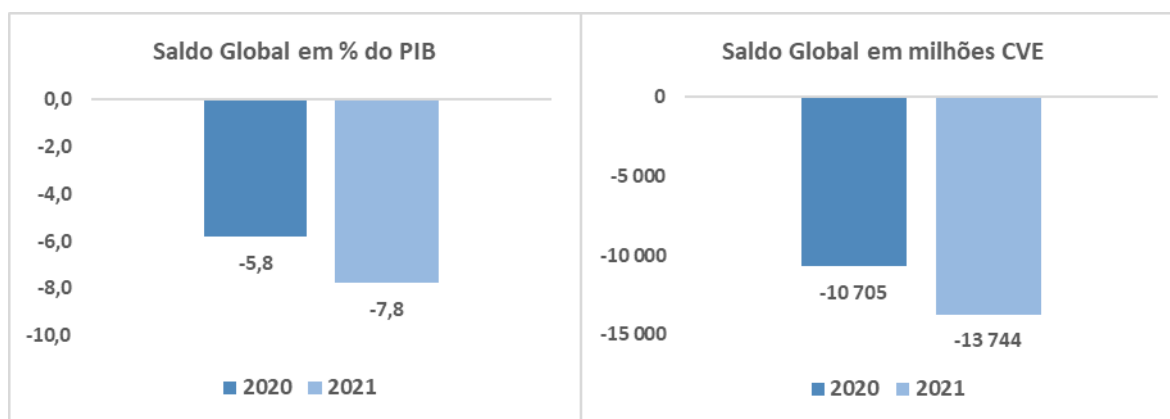
<b>1. Síntese Geral de Execução Orçamental .....</b>	<b>2</b>
<b>2. Análise das Receitas Totais.....</b>	<b>4</b>
<b>2.1. Receitas (não inclui venda de ativos).....</b>	<b>5</b>
<b>2.2. Venda de Ativos Não Financeiros.....</b>	<b>8</b>
<b>3. Análise das Despesas Totais e Ativos Não Financeiros.....</b>	<b>9</b>
<b>3.1. Por Classificação Económica.....</b>	<b>9</b>
<b>3.1.1. Despesas .....</b>	<b>9</b>
<b>3.1.2. Ativos Não Financeiros.....</b>	<b>12</b>
<b>3.2. Por Tipo de Financiamento.....</b>	<b>12</b>
<b>4. Projetos em Resposta à Covid-19 .....</b>	<b>13</b>
<b>5. Dívida Pública.....</b>	<b>15</b>

## 1. Síntese Geral de Execução Orçamental

A 31 de outubro de 2021, o valor provisório do saldo global foi negativo em 13.744,4 milhões de CVE, ou seja, um défice de 7,8% do PIB, projetado pelo Ministério das Finanças e Fomento Empresarial (MFFE)<sup>1</sup>. Esse resultado se traduziu num agravamento de 2,0 p.p., face ao mesmo período de 2020.

Observa-se, ainda, que o saldo corrente primário/PIB foi negativo em 4,7%, agravando-se em 0,3 p.p., comparativamente ao período homólogo, continuando, assim, a refletir o impacto negativo da pandemia no quadro fiscal/orçamental, decorrente dos estabilizadores automáticos e das medidas adotadas em resposta à Covid-19.

Gráfico 1 - Evolução do Saldo Global



Fonte: MFFE

Os resultados provisórios da execução orçamental até outubro de 2021, comparativamente ao mesmo período de 2020, decorrem:

- da diminuição das receitas totais em 3,6% (-1.196,7 milhões de CVE);
- do agravamento das despesas totais em 0,8% (+346,7 milhões de CVE); e
- do aumento em ativos não financeiros líquidos em 86,7% (+1.495,5 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pela compra de ativos superiores ao

<sup>1</sup> Considerou-se o PIB reprogramado no âmbito do Orçamento Retificativo (175.616 milhões de CVE), sendo que o PIB projetado inicialmente aquando da proposta do OE 2021 foi de 194.320 milhões de CVE.

registado no mesmo período do ano anterior (2021: 3.221 milhões de CVE; e 2020: 1.725 milhões de CVE).

### Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	2020		2021		Grau Exec.	Tax. Hom
	Orç. Ret.	Out	Orç. Ret.	Out		
<b>1. Total Receitas</b>	<b>53 869</b>	<b>33 346</b>	<b>52 520</b>	<b>32 149</b>	<b>61,2</b>	<b>-3,6</b>
<b>1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)</b>	<b>45 309</b>	<b>30 050</b>	<b>47 270</b>	<b>30 887</b>	<b>65,3</b>	<b>2,8</b>
Impostos	33 952	26 100	34 895	26 440	75,8	1,3
Segurança Social	70	48	71	59	82,8	22,9
Transferências (donativos)	8 559	3 296	5 250	1 262	24,0	-61,7
Outras Receitas	11 288	3 902	12 304	4 388	35,7	12,5
<b>2. Total Despesas</b>	<b>64 974</b>	<b>42 325</b>	<b>63 473</b>	<b>42 672</b>	<b>67,2</b>	<b>0,8</b>
Despesas com Pessoal	23 648	17 660	24 480	17 577	71,8	-0,5
Aquisição de Bens e Serviços	15 438	6 662	12 292	6 857	55,8	2,9
Juros Correntes	5 187	4 179	4 485	3 529	78,7	-15,6
Subsídios	891	444	1 116	795	71,2	78,9
Transferências Correntes	8 072	5 097	7 847	4 433	56,5	-13,0
Benefícios Sociais	8 046	6 636	9 179	7 673	83,6	15,6
Outras despesas correntes	3 692	1 285	4 075	1 185	29,1	-7,8
Valor a regularizar		361		623	-	72,7
<b>3. Resultado Operacional Bruto</b>	<b>-11 105</b>	<b>-8 980</b>	<b>-10 953</b>	<b>-10 523</b>	<b>96,1</b>	<b>17,2</b>
<b>4. Ativos não Financeiros</b>	<b>9 851</b>	<b>1 725</b>	<b>9 863</b>	<b>3 221</b>	<b>32,7</b>	<b>86,7</b>
Compra ativos não financeiros	10 301	1 809	11 353	3 764	33,2	108,1
Venda ativos não financeiros	451	83	1 490	543	36,4	550,7
<b>5. Global Global (1-2-4)</b>	<b>-20 956</b>	<b>-10 705</b>	<b>-20 816</b>	<b>-13 744</b>	<b>66,0</b>	<b>28,4</b>
Saldo global (em percentagem do PIB)	-11,4	-5,8	-11,9	-7,8	-	-
Saldo Corrente Primario	-9 976	-8 119	-7 841	-8 257	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	-6,0	-4,4	-4,5	-4,7	-	-
<b>6. Financiamento</b>	<b>20 956</b>	<b>12 409</b>	<b>20 816</b>	<b>13 579</b>	-	-
<b>6.1 Ativos Financeiros</b>	<b>-4 569</b>	<b>-1 258</b>	<b>934</b>	<b>1 796</b>	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	392	180	2 303	2 280	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-4 664	-843	-2 278	-1 000	-	-
Ações e Outras Participações Mi - Aquisição	-1 445	-595	-1 049	-674	-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	1 148		1 958	1 190	-	-
<b>6.2 Passivos Financeiros</b>	<b>25 525</b>	<b>13 667</b>	<b>19 882</b>	<b>11 784</b>	-	-
<b>Interno líquido</b>	<b>5 488</b>	<b>6 979</b>	<b>5 402</b>	<b>10 690</b>	-	-
Sistema bancário	5 633	2 889		8 810	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Le	-145	-121	-185	-118	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCv		3 118		267	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em trânsito		-3 628		-2 184	-	-
Outras operações de tesouraria				-70	-	-
Sistema não bancário		1 418		3 985	-	-
<b>Externo líquido</b>	<b>20 037</b>	<b>6 688</b>	<b>14 481</b>	<b>1 094</b>	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	22 677	10 541	17 392	4 606	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-2 640	-3 853	-2 911	-3 512	-	-
<b>7.GAP Financiamento (5 - 6)</b>	<b>0</b>	<b>1 704</b>	<b>0</b>	<b>-165</b>	-	-

Fonte: MFFE

## 2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até outubro de 2021 cifraram-se em 32.691,5 milhões de CVE, registando uma diminuição na ordem de 2,2%, comparativamente ao período homólogo.

### Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais

(em milhões de CVE)

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2020		2021		Grau Exec.	Tax. hom
	Orç. Ret.	Out	Orç. Ret.	Out		
<b>Impostos</b>	<b>33 952</b>	<b>26 100</b>	<b>34 895</b>	<b>26 440</b>	<b>75,8</b>	<b>1,3</b>
<b>Imposto único sobre rendimentos</b>	<b>11 558</b>	<b>8 087</b>	<b>9 271</b>	<b>7 028</b>	<b>75,8</b>	<b>-13,1</b>
IR-PS	6 249	4 828	6 026	4 730	78,5	-2,0
IR-PC	5 309	2 885	3 244	2 298	70,8	-20,4
<b>Outros impostos directos</b>		<b>374</b>	<b>570</b>	<b>313</b>	<b>54,9</b>	<b>-16,4</b>
Tributo Especial Unificado - TEU		374	570	312,8	54,9	-16,4
<b>Imposto sobre bens e serviços</b>	<b>15 582</b>	<b>12 155</b>	<b>16 886</b>	<b>12 369</b>	<b>73,2</b>	<b>1,8</b>
Imposto sobre o valor acrescentado	12 895	10 047	14 010	10 248	73,1	2,0
IVA DGA	6 424	5 425	7 425	6 504	87,6	19,9
IVA DGCI	6 471	4 622	6 585	3 744	56,9	-19,0
Imposto consumo especial	1 617	1 343	1 955	1 512	77,4	12,6
Contribuição turística	513	294	248	73,4	29,6	-75,1
Taxa ecológica	557	470	674	535	79,4	13,7
<b>Impostos sobre transações internacionais</b>	<b>6 240</b>	<b>5 282</b>	<b>7 471</b>	<b>6 178</b>	<b>82,7</b>	<b>17,0</b>
Direitos de importação	5 966	5 039	7 154	5 916	82,7	17,4
Taxa comunitaria CEDEAO	273	243	317	262	82,5	8,0
<b>Outros impostos</b>	<b>572</b>	<b>577</b>	<b>697</b>	<b>553</b>	<b>79,3</b>	<b>-4,1</b>
Imposto de selo	534	548	664	531,2	80,0	-3,1
Imposto especial sobre jogos	38	29	33	21,7	65,7	-23,9
<b>Segurança Social</b>	<b>70</b>	<b>48</b>	<b>71</b>	<b>59</b>	<b>82,8</b>	<b>22,9</b>
Taxa social única	0	0	0	0	-	1 491,6
Contribuições para a segurança social	68	47	71	58	82,1	23,1
Outras Contribuições	1	0	0	0	-	-4,9
<b>Transferências</b>	<b>8 559</b>	<b>3 296</b>	<b>5 250</b>	<b>1 262,3</b>	<b>24,0</b>	<b>-61,7</b>
De Governos Estrangeiros	7 492	2 875	4 525	451,5	10,0	-84,3
Ajuda Orçamental	1 957	2 287	1 029	0	0,0	-100,0
Ajuda Alimentar	304	72	321	68	21,1	-6,4
Donativos directos	5 230	514	3 175	384	12,1	-25,4
De Organizações Internacionais	604	76	218	445	204,0	482,8
Das Administrações Públicas	464	344	508	366	72,1	6,5
<b>Outras Receitas</b>	<b>11 288</b>	<b>3 902</b>	<b>12 304</b>	<b>4 388</b>	<b>35,7</b>	<b>12,5</b>
Rendimentos de propriedade	3 502	304	4 922	747	15,2	145,6
Venda de bens e serviços	6 366	3 026	6 075	3 341	55,0	10,4
Multas e outras penalidades	299	165	212	134	63,1	-19,1
Outras transferências	425	38	314	32	10,3	-14,0
Outras receitas diversas e não especificadas	695	369	781	134	17,2	-63,6
<b>Receitas</b>	<b>53 869</b>	<b>33 346</b>	<b>52 520</b>	<b>32 149</b>	<b>61,2</b>	<b>-3,6</b>
<b>Ativos e Passivos</b>	<b>451</b>	<b>83</b>	<b>1 490</b>	<b>543</b>	<b>36,4</b>	<b>550,7</b>
Ativos não Financeiros	451	83	1 490	543	36,4	550,7
<b>TOTAL RECEITAS</b>	<b>54 319</b>	<b>33 429</b>	<b>54 010</b>	<b>32 692</b>	<b>60,5</b>	<b>-2,2</b>

Fonte: MFFE

## 2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

As receitas arrecadadas, até finais outubro de 2021, totalizaram o montante de 32.148,5 milhões de CVE, registando uma diminuição de 3,6%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta da diminuição da arrecadação em sede dos impostos diretos (-13,2%) e donativos (-61,7%). Em sentido contrário, regista-se, um aumento dos impostos indiretos (+6,0%), das outras receitas (+12,5%) e das receitas de segurança social (+22,9%), este último tem pouca materialidade em face ao total da receita do Estado.

Em relação aos Impostos diretos, é de se destacar que o decréscimo 13,2% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede de:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que se situou, no período em análise, em 4.730,1 milhões de CVE, registando uma evolução negativa, em termos homólogos, de 98,3 milhões de CVE (-2,0%). A variação da arrecadação deste imposto face ao período homólogo advém das medidas de mitigação da crise na tesouraria das empresas, tais como os pagamentos em prestações e a suspensão do sistema de cobrança coerciva que determinou um atraso no pagamento. O lay-off também significa remunerações mais baixas, logo, menor arrecadação deste imposto, apesar de, neste caso, o impacto ser inferior.
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período, em 2.297,7 milhões de CVE, registando uma evolução negativa em termos homólogos de 587,3 milhões de CVE (-20,4%) sendo a performance homóloga consequência da redução da atividade económica em 2020 face a 2019, logo, com impacto negativo no imposto sobre o lucro anual pagos nos anos seguintes.
- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 312,8 milhões de CVE, traduzindo-se numa evolução negativa de 61,2 milhões de CVE (-16,4%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação é consequência dos fortes impactos da crise da Covid-19 nos

contribuintes, do REMPE neste caso, dos pedidos de pagamento em prestações com prazos mais alargados e do adiamento dos prazos de pagamento do imposto que se previu no OE 2021.

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 6,0% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 10.247,9 milhões de CVE, traduzindo uma evolução positiva de 201,0 milhões de CVE (+2,0%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um acréscimo de 19,9% enquanto que o IVA-DGCI teve um decréscimo de 19,0%. Este decréscimo na cobrança desse imposto pela DGCI deriva dos fortes impactos da crise da Covid-19, principalmente ao nível do Turismo, e das medidas excecionais decretadas pelo Governo, nomeadamente a possibilidade de pagamento em prestações e a redução da taxa do IVA no Turismo para 10%, que o OE 2021 veio prorrogar em relação ao ano 2020.
- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 73,4 milhões de CVE, registando uma evolução negativa em termos homólogos de 220,9 milhões de CVE (-75,1%), resultante do facto das dormidas em estabelecimentos hoteleiros ainda estarem a sofrer um forte impacto da crise da Covid-19, com um nível muito baixo de entradas de turistas do exterior, devido às restrições de viagens de laser da maior parte dos países emissores, sendo o turismo interno marginal. A expectativa é de melhoria substancial no último trimestre do ano, permitindo, permitindo a recuperação da arrecadação deste tributo.
- Impostos sobre Transações Internacionais – essa receita registou um acréscimo de 17,0% (+896,1 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. A performance desses impostos está intrinsecamente ligada à importação. Em termos desagregados, em face ao período homólogo de 2020, verificou-se uma variação positiva no Direito de Importação em 17,4%

(+876,6 milhões de CVE) e da Taxa Comunitária CEDEAO em 8,0% (+19,5 milhões de CVE).

- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto de teve uma evolução ligeiramente abaixo da arrecadação no período homólogo em 3,1% (16,9 milhões de CVE), situando-se em 531,2 milhões de CVE, essencialmente, fruto de uma atividade bancária relativamente dinâmica, apesar das moratórias bancárias decretadas.
- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 21,7 milhões de CVE, registando uma evolução negativa em termos homólogos de 23,9% (-6,8 milhões de CVE), uma vez que depende quase exclusivamente da atividade turística na Ilha do Sal, que teve atividade residual no período em análise, devido à crise pandémica.

Relativamente às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 1.262,3 milhões de CVE, apresentando uma diminuição de 61,7% (-2.033,3 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior. Esta performance decorre da conjugação:

- da diminuição das transferências provenientes de Governos Estrangeiros em 84,3% (-2.423,8 milhões de CVE), justificado pela não entrada das ajudas orçamentais e pelo decréscimo dos donativos diretos em face do registado em outubro de 2020;
- do aumento das transferências provenientes de Organizações Internacionais em 368,3 milhões de CVE, explicado pela entrada do donativo no âmbito do acordo entre U.E e PNUD para financiamento do projeto “*West Africa Competitiveness Support Project*”, no valor de 319,6 milhões de CVE; e
- do registo crescente das transferências recebidos pelos Fundos e Serviços Autónomos (+22,2 milhões de CVE), com destaque para as estruturas de Saúde, em face a comparticipação do INPS na assistência médica e medicamentosa dos respetivos segurados.



As “outras receitas” verificaram um acréscimo de 12,5% (+486,2 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela performance registada nas seguintes rubricas:

- Rendimento de Propriedade (+145,6%; +442,8 milhões de CVE) decorrente, principalmente, da entrada de dividendos (284,9 milhões de CVE) da Empresa Nacional de Administração dos Portos (ENAPOR), Aeroportos e Segurança Aérea (ASA) e da Entidade Reguladora Independente da Saúde (ERIS).
- Vendas de Bens e Serviços (+10,4%; +315,1 milhões de CVE) impulsionado pelas taxas de prestação de serviços, dos serviços médico hospitalares, dos emolumentos dos registos e notariado, dos emolumentos das custas judiciais e da taxa aduaneira estatísticas, refletindo a retoma da normalidade dos serviços públicos face às restrições registadas em 2020 em resposta à pandemia da Covid-19.

## **2.2. Venda de Ativos Não Financeiros**

As receitas provenientes de Vendas de Ativos Não Financeiros ascenderam a 543,0 milhões de CVE, registando um aumento, em face do realizado no mesmo período de 2020 (+459,5 milhões de CVE). Esse aumento é justificado, essencialmente, pela venda de edifícios (407,0 milhões de CVE) e da aeronave das Forças Armadas (52,9 milhões de CVE).

### 3. Análise das Despesas Totais e Ativos Não Financeiros

#### 3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em outubro de 2021, atingiram 46.435,9 milhões de CVE, registando um agravamento de 5,2% em relação ao período homólogo de 2020.

#### Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica

(em milhões de CVE)

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2020		2021		Grau Exec.	Var. Hom.
	Orç. Ret.	Out	Orç. Ret.	Out		
Despesas com Pessoal	23 648	17 660	24 480	17 577	71,8	-0,5
Remuneração Certas e Permanentes	21 705	16 212	22 381	16 633	74,3	2,6
Segurança Social	1 943	1 448	2 098	944	45,0	-34,8
Aquisição de Bens e Serviços	15 438	6 662	12 292	6 857	55,8	2,9
Juros Correntes	5 187	4 179	4 485	3 529	78,7	-15,6
Dívida interna	3 337	2 664	3 343	2 699	80,7	1,3
Dívida externa	1 754	1 492	1 044	807	77,3	-45,9
Outros encargos	96	23	98	22	22,9	-4,2
Subsídios	891	444	1 116	795	71,2	78,9
Transferências Correntes	8 072	5 097	7 847	4 433	56,5	-13,0
Governos Estrangeiros	820	66	1 188	81	6,8	23,3
Organismos Internacionais	475	152	465	65	14,0	-57,2
Administração pública	6 778	4 879	6 194	4 287	69,2	-12,1
Benefícios Sociais	8 046	6 636	9 179	7 673	83,6	15,6
Outras Despesas Correntes	3 692	1 285	4 075	1 185	29,1	-7,8
Valor a regularizar		361		623	-	72,7
<b>Despesas</b>	<b>64 974</b>	<b>42 325</b>	<b>63 473</b>	<b>42 672</b>	<b>67,2</b>	<b>0,8</b>
<b>Ativos e Passivos</b>	<b>10 301</b>	<b>1 809</b>	<b>11 353</b>	<b>3 764</b>	<b>33,2</b>	<b>108,1</b>
Ativos não Financeiros	10 301	1 809	11 353	3 764	33,2	108,1
<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>75 275</b>	<b>44 134</b>	<b>74 826</b>	<b>46 436</b>	<b>62,1</b>	<b>5,2</b>

Fonte: MFFE

#### 3.1.1. Despesas

Em finais de outubro de 2021, as despesas executadas totalizaram o montante de 42.672,0 milhões de CVE, registando um aumento de 0,8% em relação ao período homólogo de 2020. Esta evolução resultou do aumento nas rubricas de aquisição de bens e serviços (+2,9%), subsídios (+78,9%), benefícios sociais (+15,6%) e conjugado com a diminuição nas rubricas de despesas com o pessoal (-0,5%), dos juros da dívida

(-15,6%), das transferências correntes (-13,0%) e das outras despesas correntes (-7,8%), conforme abaixo se apresenta:

- A “despesa com o pessoal” evidenciou um ligeiro decréscimo na ordem dos 0,5% (-82,7 milhões de CVE) decorrente:
  - i. do impacto de implementação de PCCS das Forças Armadas, que teve início no segundo trimestre de 2020, e reclassificações e acumulação de carga horária que vieram a ter impacto no mês de junho do presente ano, com destaque ao Ministério de Educação; enquanto que em 2021 os impactos em causa são de 12 meses;
  - ii. do impacto na contratação de técnicos e pessoal de saúde, bem como aumento das velas e senhas de presença nas estruturas de saúde no âmbito da necessidade de resposta à Covid-19;
  - iii. da *Bancarização* das estruturas do Supremo Tribunal de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público, Conselho Superior da Magistratura Judicial, Tribunal de Contas, das Comissões de Recenseamento Eleitoral e do Cofre Geral de Justiça;
  - iv. do aumento do tempo médio do pagamento das contribuições à segurança social de 2021 comparativamente ao ano de 2020.
- A “Aquisição de bens e serviços” registou um acréscimo de 2,9% (+194,9 milhões de CVE), em face ao período homólogo do ano anterior, derivado do aumento das seguintes rubricas: “Comunicações” em 18,2% (+37,2 milhões de CVE), “Transportes” em 53,0% (+25,7 milhões de CVE), “Representação dos Serviços” em 32,4% (+3,5 milhões de CVE), “Deslocações e Estadas” em 15,1% (+54,7 milhões de CVE) “Honorários” em 85,2% (+175,3 milhões de CVE) e “Outros Serviços” em 125,5% (+652,1 milhões de CVE). Este último é registado no Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial no âmbito da preparação do projeto de acesso ao financiamento das micro, pequenas e médias empresas à Pro Garante.
- A despesa com os juros da dívida registou uma diminuição de 15,6% (-650,7 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2020, resultado da

diminuição dos juros da dívida externa na decorrência da moratória concedida pelos credores bilaterais para mitigar os efeitos da Covid-19 nos países mais vulneráveis.

- Os “Subsídios” registaram um acréscimo de 78,9% (+350,7 milhões de CVE), em face ao mesmo período de 2020, justificado essencialmente, pelos subsídios transferidos às empresas privadas não financeiras, no âmbito da resolução 54/2021 de 16 de abril, resultante de indemnização compensatória anual pelas obrigações de serviço público de transporte marítimo de passageiros e cargas inter-ilhas, cujo pagamento é efetuado através do Fundo Autónomo de Desenvolvimento e Segurança do Transporte Marítimo.
- Os “Benefícios Sociais” aumentaram 15,6% (+1.036,7 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas, originando um aumento nas rubricas de pensões de aposentação em 9,3% (+355,0 milhões de CVE); pensões de sobrevivência em 13,1% (+30,7 milhões de CVE) e outros benefícios sociais em numerários em 96,8% (+634,0 milhões de CVE). Este último no âmbito do apoio social às famílias afetadas pela pandemia da Covid-19 através do Rendimento Social de Inclusão, do pagamento de estágios profissionais, formação para empregabilidade e apoio à reinserção socioprofissional.
- As “Transferências Correntes” tiveram uma diminuição de 13,0% (-664,1 milhões de CVE) comparado com o mesmo período do ano transato, devido à diminuição das transferências aos Municípios na decorrência do impacto negativo da Covid-19 nas receitas consignadas do Fundo Desenvolvimento social e do Turismo e pelo Fundo do Ambiente.
- As “Outras Despesas Correntes” evidenciaram uma diminuição de 7,8% (-100,6 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2020, decorrente da reprogramação e das medidas de contenção nos termos definidos na Resolução n.º 8/2021, de 2 de fevereiro, bem como pela diminuição da necessidade de pagamentos de restituições do IVA e do IR em 151,8 milhões de CVE.

O valor da despesa por regularizar, em outubro, situou-se na ordem dos 623,4 milhões de CVE referente aos adiantamentos efetuados aos Órgãos de Soberania e às Embaixadas.

### **3.1.2. Ativos Não Financeiros**

A execução dos Ativos Não Financeiros, ascendeu ao montante de 3.763,9 milhões de CVE, equivalente a 33,2% do total do orçamento representando, em termos absolutos, uma variação positiva de 1.955,1 milhões de CVE comparativamente à execução de 2020. O montante executado decorre, essencialmente, dos seguintes projetos: “Promoção Habitacional” com uma execução de 2.145,3 milhões de CVE; “Reabilitação de estradas” com uma execução de 311,7 milhões de CVE; “Reforço ao sector da educação” com uma execução de 171,7 milhões de CVE; “Redução de Perdas em Eletricidade e Melhoria de Qualidade de Energia” com uma execução de 89,1 milhões de CVE; “Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas e Rurais (Poser - Clima)” com uma execução de 98,0 milhões de CVE; e “Construção Centro Ambulatório do Hospital B. Sousa” com uma execução de 97,0 milhões de CVE.

### **3.2. Por Tipo de Financiamento**

No que tange ao financiamento, nota-se que 91,2% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 8,8% com recursos externos.

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de financiamento direto aos projetos, totalizam o montante de 1.137,6 milhões de CVE, equivalente a 27,9% do total do financiamento externo, sendo os financiadores com maiores execuções o Luxemburgo com 424,5 milhões de CVE e Fundo Internacional Desenvolvimento Agrícola com 121,8 milhões de CVE.
- Os empréstimos externos ascenderam a 2.871 milhões de CVE, equivalente a 70,5% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram

canalizados para 14 programas, com destaque para a “Garantia de acesso ao rendimento, a Educação, aos Cuidados e à Saúde” (908,4 milhões de CVE), as “Infraestruturas Modernas e Seguras” (568,3 milhões de CVE), a “Educação de Excelência” (258,7 milhões de CVE) e a “Transformação da Agricultura” (129,0 milhões de CVE).

#### Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

Financiamento	2021		Grau Exec.	Peso %
	Orç.	Out.		
<b>Interno</b>	<b>60 561</b>	<b>42 362</b>	<b>69,9</b>	<b>91,2</b>
Tesouro (Rec. Int.)	59 697	42 089	70,5	99,4
OFN	864	273	31,6	0,6
<b>Externo</b>	<b>14 265</b>	<b>4 074</b>	<b>28,6</b>	<b>8,8</b>
Donativo	3 394	1 138	33,5	27,9
Empréstimo	10 561	2 871	27,2	70,5
Ajuda Alimentar	311	65	21,0	1,6
<b>Total da Despesa</b>	<b>74 826</b>	<b>46 436</b>	<b>62,1</b>	<b>100,0</b>

Fonte: MFFE

#### 4. Projetos em Resposta à Covid-19

A execução orçamental dos projetos/unidades inscritos em resposta à Covid-19, até outubro de 2021, totalizaram 2.863,6 milhões de CVE, representando uma taxa de execução de 52,2%.

Por modalidade de financiamento, até finais de outubro, a execução dos projetos/unidades foi financiada pelo tesouro em 50,5%, por empréstimo em 45,5% e por donativos em 4,0%.

#### Quadro 5 - Despesa Covid-19 por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

MOD. FINANCIAMENTO	VALOR_ACTUAL	VALOR_PAGO	PESO %
Donativo	371,0	113,7	4,0%
Empréstimo	3095,1	1302,7	45,5%
Tesouro	2017,5	1447,2	50,5%
<b>Total Geral</b>	<b>5 483,7</b>	<b>2 863,6</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: MFFE

Dos projetos executados no período, em valores absolutos, destacam-se:

- “Implementação de Rendimento Social de Inclusão” (945,2 milhões de CVE);
- “Sistema para o Desenvolvimento do Setor de Transporte Marítimo Inter-Ilhas” (945,2 milhões de CVE);
- “Prevenção e Combate a Coronavírus” (461,7 milhões de CVE);
- “Reforço ao Setor da Educação” (304,8 milhões de CVE);
- “Preparação Projeto Cabo Verde Digital” (90,6 milhões de CVE); e
- “Reforço do Setor da Saúde No Combate ao Covid-19” (66,6 milhões de CVE).

### Quadro 6 – Execução dos projetos no âmbito da Covid-19

FUNÇÕES DO ESTADO	PROJETOS	VALOR ACTUAL	VALOR PAGO	GRAU EXEC.
07.00.01 - Serviços Públicos Gerais	Apoio Aos Municípios - Combate A Covid 19	16,5	16,5	100,0
<b>07.00.01 - Serviços Públicos Gerais Total</b>		<b>16,5</b>	<b>16,5</b>	<b>100,0</b>
07.00.03 - Segurança e ordem pública	Protecção Civil - Covid-19	82,0	19,6	23,9
<b>07.00.03 - Segurança e ordem pública Total</b>		<b>82,0</b>	<b>19,6</b>	<b>23,9</b>
07.00.04 - Assuntos económicos	Cabo Verde Digital	20,4	9,4	45,9
	Capacitação Dos Profissionais Do Turismo E Áreas Transversais - COVID_19	105,0	40,1	38,2
	FADSTMI- Sistema Para O Desenvolvimento Do Setor De Transporte Marítimo Inter-Ilhas	839,0	679,3	81,0
	Preparação Projeto Cabo Verde Digital	741,9	90,6	12,2
	Projeto Digital Cabo Verde	0,0	0,0	-
	Reforço Da Resiliência Das Famílias Rurais No Pós Covid-19	22,1	0,7	3,0
	Transição Da Economia Informal A Formal	20,0	0,0	0,0
<b>07.00.04 - Assuntos económicos Total</b>		<b>1 748,5</b>	<b>820,0</b>	<b>46,9</b>
07.00.07 - Saúde	Preparação E Resposta A Covid-19	486,2	45,0	9,3
	Ampliação Do Centro De Saúde De Bao Vista	67,0	35,0	52,2
	Aquisição De Vacina Covid19	0,0	0,0	-
	Comunicação De Risco Em Saúde - INSP	4,9	2,5	51,7
	Construção Da Sede Do Inps Laboratorio Nacional Saude Publica	77,7	0,0	0,0
	Desenvolvimento Do Observatório Nacinal De Saúde Pública - INSP	2,4	1,5	62,2
	Desnvolvimento De Investigação Em Saúde - Insp	2,9	1,6	56,8
	Equipamento Postos Sanitários	1,5	1,5	100,0
	Prevenção E Combate A Coronavírus	668,2	433,5	64,9
	Prevenção E Combate A Coronavírus	28,7	28,2	98,2
	Reabilitação e equipamentos De Estruturas De Saúde	21,0	16,6	78,7
	Reforço Do Setor Da Saúde No Combate Ao Covid19	114,4	66,6	58,2
	Reforço De Capacidade Laboratório Virologia	30,0	30,0	100,0
Remodelação de Postos Sanitarios	7,5	5,8	76,9	
	Rerforço Do Laboratorio Nacional De Saúde Publica - Insp	20,8	6,5	31,2
<b>07.00.07 - Saúde Total</b>		<b>1 533,3</b>	<b>674,3</b>	<b>44,0</b>
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos	Apoio A Classe Artista Cultural - Covid-19	10,0	9,9	98,5
<b>07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos Total</b>		<b>10,0</b>	<b>9,9</b>	<b>98,5</b>
07.00.09 - Educação	Bolsa Cabo Verde Digital	20,0	0,0	0,0
	Construção, Ampliação E Remodelação de Infra-Estruturas Educativas	11,9	8,7	73,0
	Reforço Ao Sector Da Educação	470,6	304,8	64,8
<b>07.00.09 - Educação Total</b>		<b>502,5</b>	<b>313,5</b>	<b>62,4</b>
07.00.10 - Protecção social	COVID-19 RSI Emergencial - Redes de Segurança e Recuperação de Rendimentos para as famílias mais pobres e mulheres trabalhadoras informais em Cabo Verde	8,3	8,2	98,3
	Garantia De Cuidados De Dependentes	27,1	19,8	73,2
	Implementação De Rendimento Social De Inclusão	1 504,8	945,2	62,8
	Projecto De Inclusão Social	0,0	0,0	-
	Reforço Das Competências Do Setor Da Inclusão Social	22,1	10,5	47,3
	Reforço Institucional Das Organizações Da Sociedade Civil	28,6	26,2	91,6
<b>07.00.10 - Protecção social Total</b>		<b>1 590,9</b>	<b>1 009,9</b>	<b>63,5</b>
<b>Total Geral</b>		<b>5 483,7</b>	<b>2 863,6</b>	<b>52,2</b>

Fonte: MFFE

## 5. Dívida Pública

O stock da dívida pública, excluindo os TCMF, atingiu 270.726,4 milhões de CVE, em 31 de outubro de 2021, cabendo à dívida interna 83.186,1 milhões de CVE (47,0% do PIB) e à dívida externa 187.540,4 milhões de CVE (106,0% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB atingiu os 153,0%, mantendo-se igual ao registado em outubro de 2020, devido a atualização do PIB<sup>2</sup>.

### Quadro 7 – Evolução da Dívida Pública

( em milhões de CVE)

	outubro 20	outubro 21	Var. Hom	% PIB/20	% PIB/21
<b>Estoque Global</b>	<b>252 363,5</b>	<b>270 726,4</b>	<b>7,3</b>	<b>153,0</b>	<b>153,0</b>
Dívida Interna	70 991,5	83 186,1	17,2	43,0	47,0
Dívida Externa	181 372,0	187 540,4	3,4	110,0	106,0

Fonte: MFFE

<sup>2</sup> O PIB utilizado para o cálculo do rácio em 2020 é o PIB ajustado a reprogramação para o referido ano, nos termos apresentado pela DNP, ou seja, 164.911 milhões de CVE (o PIB inicialmente utilizado aquando da apresentação da conta mensal 2020 foi o projetado para o Orçamento inicial de 2020, cerca de 211.095 milhões de CVE, em que foi apresentado um stock da dívida em percentagem do PIB de 135,0%.





